

Ao décimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente, João Fernando da Costa Morgado, e dos Vogais, Miguel António Pereira de Oliveira, Juliana Cardoso da Silva, André Adolfo da Silva Teixeira, Bruno Miguel Bessa Ascensão e António Joaquim Teixeira da Mota. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da ordem do Dia: -----

Período antes da ordem do Dia -----

a) Informações; -----

Noite Branca e dos Bombos

Feira do Livro

Candidaturas à medida “Emprego Apoiado em Mercado Aberto”

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

1. Discussão e Aprovação da ata n.º. 6 de 2018; -----

2. Aprovação do Regulamento do Fundo de Emergência Social, na sequência do período de Discussão;-----

3. Deliberação para iniciação de um processo de Justificação Administrativa, relativamente a um terreno registado nas Finanças em nome da Freguesia de Ermesinde. -----

4. Intervenção dos Membros do Executivo -----

O Senhor Presidente da Junta, João Morgado, cumprimentou o público presente e os restantes Membros do Executivo, passando para as informações.-----

Começou por referir a realização da Noite Branca e dos Bombos, no próximo dia catorze de julho, iniciativa que já se vem efetuando há vários anos, com uma dinâmica sempre em crescendo, da qual a Junta se orgulha, convidando todos os presentes a aderirem a esta atividade. Referiu, em seguida, a Feira do livro que terá início no dia 12 de julho e se prolongará até ao dia 15 do mesmo mês, na qual estarão inseridos vários espetáculos e apresentações, a levar a efeito no Parque Urbano de Ermesinde. Continuou a sua intervenção levando ao conhecimento dos presentes que esta Junta de Freguesia vai apresentar ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) uma candidatura à medida “Emprego Apoiado em Mercado

Aberto”, destinada a pessoas com deficiência. Explicou que, no âmbito deste projeto, os trabalhadores a inserir são avaliados por técnicos que quantificam a capacidade que cada um deles demonstra para efetuar as tarefas que o lugar exige, e, conforme a percentagem de capacidade atribuída, assim será também atribuída a quota-parte do IEFP no pagamento do valor do vencimento e respetiva contribuição para a segurança social. Acrescentou que este processo vai necessitar de uma alteração ao Mapa de Pessoal, porque, embora os trabalhadores a inserir não fiquem com qualquer tipo de vínculo à Junta de Freguesia, é necessário criar os postos de trabalho específicos, no Mapa de Pessoal, os quais se manterão enquanto houver o apoio do IEFP. -----

Em seguida focou o problema existente nesta Freguesia no que concerne à limpeza de ruas e extirpação de ervas, dizendo que, embora a questão da varredura já se encontre estabilizada, existem áreas, que devido às ervas altas que ainda se mantém, dá o especto de pouco limpo. Continuou a sua intervenção dizendo que se trata de um problema que já no mandato anterior dava lugar a muitas reclamações, pois a prestação de serviços não correspondia às necessidades que a Freguesia tinha nesta tarefa, tendo-se recorrido a trabalhadores da autarquia para complementar o serviço, havendo, posteriormente um encontro de contas com a empresa responsável. A empresa em serviço na altura, Recolte, face à certeza que tinha de não haver continuidade, por sua opção, na prestação da tarefa, optou por uma postura de apenas manter as aparências sem cumprir com o que de facto seria desejável. Também a empresa seguinte, Rede Ambiente não fez qualquer tipo de investimento na sua prestação, pois sabia que iria haver um procedimento de Concurso Público, cujo desfecho era uma incógnita no que diz respeito ao seu vencedor. Tudo isto fez com que a situação se agravasse ao longo dos meses, potenciado pelo compasso de espera que decorreu até o Concurso Público ter sido aprovado em Tribunal de Contas, fase em que a empresa Ferroviaal assumiu a tarefa, através de um Ajuste Direto. Só após o visto do Tribunal de Contas, que produziu efeitos a partir do passado dia 1 de Junho, é que a Ferroviaal, empresa que ganhou o Concurso Público, iniciou o investimento necessário e ajustado à realidade desta Freguesia, tendo adquirido maquinaria e viaturas capazes de responder ao adjudicado. Saliou que a situação atual está longe de ser a que o Executivo deseja, agravada pelas condições climatéricas que também nada ajudaram. Informou ainda, que, para colmatar o mais rapidamente possível toda esta conjuntura, a Ferroviaal comprometeu-se a por no terreno mais uma equipa e a Junta de Freguesia vai também colaborar na extirpação das ervas para que a situação se estabilize no mais curto espaço de tempo. -----

Finalizando a sua intervenção convidou todos os presentes a participarem no desfile que terá lugar no próximo dia 13 de Julho, pelas 21,00 horas, a partir da Sede da Junta até ao Parque Urbano, para sinalizar mais um aniversário de elevação de Ermesinde a Cidade. -----

Deu, então, a palavra ao Público, tendo-a tomado José Carvalho, para alertar para a necessidade de intervir na Trav^a. 5 de Outubro, uma vez que as ervas lá existentes já têm um tamanho considerável. -----

Em seguida tomou a palavra Artur Costa referindo-se ao problema das descargas poluentes no Rio Balsinha. Lembrou que esta problemática já se arrasta há vários anos, tendo havido uma intervenção da brigada da GNR que tem a responsabilidade ambiental, na sequência de uma constatação que ele próprio fez, enquanto membro do executivo, tendo inclusive chamado ao local o Presidente da Junta da altura. Solicitou ao Senhor Presidente que envie à Câmara Municipal de Valongo os relatórios da GNR elaborados àquela data, que estarão em arquivo da Junta, para se perceber, de facto, de quem é a responsabilidade pelas descargas que de vez em quando se manifestam no Rio Balsinha, embora, presentemente, em menor escala. Referiu, em seguida, o problema de um caminho existente na Rua da Prosela que dá acesso ao Parque da Socer, que, devido ao corte dos choupos ali existentes, fez germinar rebentos em tão larga escala que impede a passagem dos residentes em S. Paio, dado o receio que os moradores têm de utilizar aquele caminho de tão intransitável que está. Solicitou ao Senhor Presidente a intervenção possível para resolver o problema. Por fim referiu-se ao problema da falta de árvores nos espaços destinados às mesmas. Referiu concretamente: Urbanização da Socer, local onde a Câmara Municipal de Valongo só rececionou a obra após a colocação de todas as árvores previstas no projeto; em frente ao edifício Carlos Gonçalves (perto da Igreja Matriz) onde faltam 2 árvores que foram plantadas e que, por desconhecimento ou falta de brio profissional, morreram mas não foram substituídas; na Rua José Joaquim Ribeiro Teles (em frente à Casa do Benfica), onde existem as caldeiras mas nunca foram plantadas as árvores; no Parque da Socer onde faltam seis ou sete carvalhos. Acrescentou que como cidadão gostaria de ver este problema ser tratado de uma melhor forma. -- Em resposta às intervenções do público o Sr. Presidente disse que iriam intervir novamente na Rua da Prosela, embora tivesse havido uma intervenção recentemente, devido a uma caminhada que passou por aquela zona. Referiu que a Junta tem feito a limpeza de vários caminhos públicos, dando como exemplo um existente na Bela, onde a limpeza foi feita de uma forma sem precedentes. Quanto às árvores da Urbanização da Socer, disse que, provavelmente, o que aconteceu foi terem sido roubadas ou danificadas, logo após a passagem do local para a esfera da Câmara Municipal, e que certamente será o que vai acontecer se forem replantadas, dado que o local está abandonado. No que diz respeito às outras questões colocadas o Sr. Presidente disse que se iria inteirar do ponto de situação. -----

Passou, então, à Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um - Discussão e Aprovação da ata nº. 6 de 2018; -----

Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto dois – Aprovação do Regulamento do Fundo de Emergência Social, na sequência do período de Discussão Pública. -----

O Presidente João Morgado esclarece que as grandes alterações deste Regulamento (FES) dizem respeito à fórmula para encontrar o Rendimento *Per Capita* e, principalmente, ao facto de a pessoa apoiada não ter necessidade de prestar trabalho como compensação, ideia sempre defendida pelo Partido Socialista. -----

Tomou a palavra André Teixeira para manifestar o seu regozijo e parabenizar o Executivo pela introdução desta alteração que vai de encontro aos valores e princípios defendidos pelo Partido Socialista. Acrescentou que quem recorre a este apoio é porque tem uma necessidade pontual, pelo que deve ser apoiado pelo Executivo, e não de certa forma "castigado", através da obrigatoriedade de prestar trabalho. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto três - Deliberação para iniciação de um processo de Justificação Administrativa, relativamente a um terreno registado nas Finanças em nome da Freguesia de Ermesinde. -----

O Sr. Presidente explicou que existe um terreno na Rua Capitão Aires Martins que se encontra registado em nome da Freguesia de Ermesinde mas não tem qualquer registo na Conservatória Predial. O espaço é limpo há vários anos por esta Junta de Freguesia, a quem os moradores recorrem insistentemente pois a falta de limpeza do mesmo cria graves perigos para os automobilistas, dada a configuração íngreme da rua e a curva nela existente, que torna a visibilidade bastante reduzida. Foi encetado, já no mandato anterior, um processo de averiguação de eventuais proprietários do espaço e nunca foram identificados. Se os mesmos forem reconhecidos serão notificados para procederem ao seu registo, à sua limpeza e para ressarcir a autarquia do trabalho lá efetuado ao longo de vários anos. Se a conclusão deste processo for no sentido de que o terreno é, de facto, propriedade da Freguesia de Ermesinde, conforme consta nas Finanças desde 1982, a Junta vai proceder ao seu registo na Conservatória, através de uma escritura de justificação administrativa. Acrescentou que o referido terreno já foi delimitado, e colocados avisos alertando para o facto de ser propriedade da Freguesia, com o objetivo de fazer reagir os hipotéticos proprietários. Em seguida o Sr. Presidente apresentou, sobre este assunto, uma deliberação, para surtir efeitos imediatos, e não havendo inscrições para discussão pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto quatro - Intervenção dos Membros do Executivo; -----

Interveio Bruno Ascensão para dizer que é com grande satisfação que vê na zona da Palmilheira, próximo do Café da Praça, a ser feita a repavimentação do piso, embora lamente que a Rua Comércio do Porto esteja a ser preterida, incluindo as suas zonas de estacionamento que estão com imensos buracos. Referiu que os

moradores preferem estacionar as suas viaturas no local de proibição para o efeito do que correr o risco de danificar o carro devido aos buracos, situação que acaba por criar constrangimentos à normal fluidez de trânsito na rua. Solicitou o reporte desta situação à Câmara Municipal, no sentido de ser minimizado o problema. Referiu, também, que naquela artéria, no acesso à garagem do nº. de policia 34, existe um abatimento que urge resolver e que há um individuo que insiste em estacionar o seu veículo no jardim público, situação que está a precisar da intervenção da Polícia de Segurança Pública, dado o reiterado abuso do condutor em questão que torna intransitável o passeio. Colocou a hipótese de se proceder à marcação de uns lugares de estacionamento, uma vez que, devido aos buracos e ao pouco civismo de alguns moradores, onde se poderiam estacionar 30 carros só se podem aparcar 10 . -----

O vogal continuou a sua intervenção felicitando o Executivo pela decisão que tomou ao convidar o jovem Armando Teixeira para ser o rei da Noite Branca e dos Bombos, referindo que deve ser dado a conhecer o mérito das gentes de Ermesinde em detrimento de outros que nada tem a ver com a Freguesia e que só pela sua presença cobram valores inadequados. Reiterou que jovens como o Armando Teixeira têm de ser reconhecidos pelo seu mérito resultante de muito trabalho. -----

Em seguida tomou a palavra Juliana Silva para fazer referência a uma multa de estacionamento aplicada a uma pessoa portadora de deficiência motora que estacionou em local de estacionamento pago, embora fora do espaço destinado às pessoas naquela condição. Disse que as pessoas com deficiência, ao verificarem que os lugares próprios para esse efeito estão ocupados, deveriam poder estacionar nos lugares normais, mantendo a isenção de pagamento, que a lei lhes confere. -----

O Sr. Presidente interveio dizendo que a situação reportada por Juliana Silva já foi transmitida à Câmara Municipal de Valongo. Contudo, disse, tratar-se de uma situação complicada porque os lugares próprios para estacionamento de deficientes existem, a questão é saber se serão os suficientes. Referiu que teve uma reunião com comerciantes de uma determinada zona da Cidade que pretendiam obter isenção de pagamento de estacionamento, só que, como é óbvio, a empresa não abdica da receita que estimou quando lhe foi adjudicada a concessão. Disse, ainda não estar enraizado nos nossos hábitos o respeito pelos espaços e estruturas dedicadas às pessoas com mobilidade reduzida e por isso vemos carros estacionados nas

plataformas rebaixas, cujo objetivo não é esse, mas sim facilitar a vida às pessoas com dificuldades de mobilidade, resultando dessa prática danos nesses pisos. -----

Juliana Silva interveio de novo para solicitar que fosse pedido à Câmara para ter em atenção o facto de não haver lugar suficientes destinados a deficientes e, por tal motivo, fosse impedido a aplicação de multas às pessoas, que exibissem o dístico de portador de deficiência, quando estacionados em lugares não destinados a esse efeito. -----

André Teixeira tomou a palavra para, a propósito deste assunto, dizer que os lugares de estacionamento para deficientes são os que estão regulamentados e que a legislação está a ser cumprida. Contudo poder-se-á diligenciar junto da Câmara Municipal de Valongo, no sentido de aferir a possibilidade de ser negociada, com a empresa concessionária, a criação de mais lugares para deficientes. -----

Retomou a palavra Bruno Ascensão dizendo ser necessário alertar a Câmara Municipal no sentido de acelerar a pintura da passadeira prevista para a Rua D. António Castro Meireles, próxima do cruzamento com a Rua Infante D. Henrique, uma vez que, como não existe ainda sinalização própria mas já está o pavimento rebaixado, as pessoas com mobilidade reduzida utilizam essa faixa para atravessar a rua, mas os automobilistas são apanhados de surpresa pois não contam com a travessia naquele local, configurando esta situação perigo iminente. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, João Morgado, Presidente da Junta, deu por encerrada a reunião.

A JUNTA,

João Morgado

André Adolfo de Melo

[Assinatura]